

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3436/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 12.6 a 6.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3437/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados no dia 30.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3438/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste no dia 30.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3439/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral no dia 30.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3095/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações, conforme segue PGA nº 09.2023.00006085-2).

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Marigô Regina Bittar Bezerra	2022/2023	Regulamentares	10	13.7 a 1º.8.2023
	2020/2021	Remanescentes	5	
	2019/2020	Remanescentes	3	
	2017/2018	Remanescentes	2	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3453/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar o processo e os procedimentos decorrentes do Protocolo nº 02.2023.00076080-9; e tornar sem efeito a Portaria nº 3401/2023-PGJ, de 27.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3465/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça nos períodos de 29.6 a 2.7.2023 e 5 a 19.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto; e tornar sem efeito a Portaria nº 3013/2023-PGJ, de 15.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3466/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça nos dias 3 e 4.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3456/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica no dia 30.6.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3457/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo da Cidadania no período de 3 a 14.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3091/2023-PGJ, DE 16.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 17 a 26.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006132-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3458/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Gestão de Estagiários de Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, GED, no período de 3 a 14.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3459/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 17 a 21.7.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3460/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3461/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da comarca de Campo Grande no período de 10 a 14.7.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3093/2023-PGJ, DE 16.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 28.7 a 26.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006129-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3416/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 5 (cinco) dias de compensação nos dias 16 e 17.11.2023 e no período de 29.11 a 1º.12.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 8.1, 25 e 26.2, 15 e 16.4.2023, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3414/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto 2 (dois) dias de compensação nos dias 20 e 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 21 a 24.4.2022 e no dia 7.5.2022, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3413/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 3 (três) dias de compensação no período de 18 a 20.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 8 e 11.8 e 11.9.2021, nos termos dos artigos 31 e 33 da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3464/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.6.2018 a 5.6.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00006399-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3423/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2351/2023-PGJ, de 15.5.2023, que concedeu à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos nos dias 27 e 28.7.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3094/2023-PGJ, DE 16.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 13.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006089-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3429/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande no dia 27.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3430/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande no dia 29.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3426/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, ou quem a suceder junto à 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0003292-65.2019.8.12.0018, em trâmite na Vara Criminal da comarca de Paranaíba.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3421/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Chapadão do Sul no dia 27.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3420/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Bataguassu no dia 23.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3096/2023-PGJ, DE 16.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações, conforme segue PGA nº 09.2023.00006079-6).

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Filomena Aparecida Depólito Fluminhan	2022/2023	Regulamentares	20	7.8 a 5.9.2023
	2020/2021	Remanescentes	10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3418/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Ribas do Rio Pardo no dia 22.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3417/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 3ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas no dia 21.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3454/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara da comarca de Maracaju no dia 29.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3419/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 24.7 a 2.8.2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3097/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos no período de 31.7 a 19.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006051-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3492/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, com redação dada pela Portaria nº 1062/2023-PGJ, de 7.3.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
24 (19h01min) a 31.7.2023 (11h59min)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Grazia Strobels da Silva Gaifatto
6 (19h01min) a 13.11.2023 (11h59min)	Regina Dornte Broch

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
24 (19h01min) a 31.7.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo
31.7 (19h01min) a 7.8.2023 (11h59min)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Regina Dornte Broch
6 (19h01min) a 13.11.2023 (11h59min)	Grazia Strobels da Silva Gaifatto

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3490/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues
6 (19h01min) a 13.11.2023 (11h59min)	Aline Mendes Franco



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Aline Mendes Franco
6 (19h01min) a 13.11.2023 (11h59min)	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3491/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5794/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
17 (19h01min) a 24.7.2023 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Rosalina Cruz Cavagnolli

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
17 (19h01min) a 24.7.2023 (11h59min)	Rosalina Cruz Cavagnolli
14 (19h01min) a 21.8.2023 (11h59min)	Luiz Gustavo Camacho Terçariol

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3452/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 17 a 26.7.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3451/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 14 a 23.8.2023, referente ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3089/2023-PGJ, DE 16.5.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Sergio Luiz Morelli, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 3.7 a 1º.8.2023, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com suas alterações (PGA nº 09.2023.00006299-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3463/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 6.6.2018 a 5.6.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00006276-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3467/2023-PGJ, DE 29.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 76/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia; e revogar as Portarias nºs 1882/2021-PGJ, de 31.5.2021; 2918/2022-PGJ, de 20.6.2022; e 3606/2022-PGJ, de 19.7.2022 (PGA nº 09.2022.00012592-6 – Processo PGJ/10/3313/2014).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3468/2023-PGJ, DE 29.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002854, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00006473-7).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° e-652/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-654/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	30.5 a 8.6.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-655/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Murilo Hamati Gonçalves, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-676/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniella Costa da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2020/2021	10	5 a 14.7.2023	GOZO	SIM
2020/2021	10	17 a 26.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-678/2023/PGJ, DE 7.6.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	10 a 19.7.2023	GOZO	SIM
2022/2023	10	24.7 a 2.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-707/2023/PGJ, DE 7.6.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Helton Fonseca Bernardes, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2010/2011	10	2 a 11.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº e-764/2023/PGJ, DE 28.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05.05.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Larissa Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.8.2023 e de 22 a 31.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.11.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-767/2023/PGJ, DE 28.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023 e de 3 a 12.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.1.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-768/2023/PGJ, DE 28.6.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Ivan Arruda Santos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 28.8 a 6.9.2023 e de 23.10 a 1º.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-769/2023/PGJ, DE 28.6.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Denis Clebson da Cruz, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 8 a 27.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.1 a 7.2.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 039/2023/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2023.00000368-3 (Sigiloso) - Controle Externo da Atividade Policial - GACEP II da comarca de Campo Grande.

Campo Grande, 29 de junho de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 81/2023-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 75/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.913, de 14.06.2023.

CANDIDATO(S)	MUNICÍPIO	NÍVEL
LUIZ HENRIQUE FELIX VANDERLEI	Campo Grande	Graduação
VINÍCIUS ARAÚJO GUEDES	Campo Grande	Graduação
VITORIA DE SOUZA AQUINO DA SILVA	Campo Grande	Graduação
DIANA OLIVEIRA DIAS	Campo Grande	Graduação
HENRIQUE ROCHA CALARGE	Campo Grande	Graduação
JORGE LUIS BASTOS VALINO	Campo Grande	Graduação
LARA VIVIAN VALINO	Dourados	Graduação
LÍVIA MARISTELA MAZZINI	Três Lagoas	Graduação
MELISSA HARUMI UEMATSU	Três Lagoas	Graduação

Campo Grande, 29 de Junho de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 82/2023-GED**XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 06 e 12/07/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).



O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIELLA RODRIGUES VENDRAMINI DURAN	265 ^a	
LEISLY LEMOS PAZ	266 ^a	
GABRIEL CREPALDI MESQUITA	267 ^a	
KAROLLYNE CRISTINA SANTOS FRANÇA	268 ^a	
CASSINEI GENTIL RAMOS DA SILVA	269 ^a	
MATEUS PEREIRA DA CUNHA	270 ^a	
GABRIEL VILELA CARDOSO	271 ^a	
FELIPE AUGUSTO NICOLATTI TELES	272 ^a	
FLÁVIA SOUZA CARDOSO POMPEU	273 ^a	
GABRIELA CAVALARI MAURER	274 ^a	
THYFANE MAYSA JESUS DE LIMA	275 ^a	

1.2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado Rua João Corrêa Neto, 400- Santo Antônio Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
BRUNO LUIZ RAMOS LOPES	52 ^a	
ALLINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	53 ^a	

1.3 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA IZADORA RUBIRA DOS SANTOS	45 ^a	
PEDRO LUCAS QUEIROZ LUSTOSA	46 ^a	
LAYHORRANY FREITAS DA SILVA	47 ^a	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:
a) ano letivo, turno e semestre;
b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
c) data prevista para conclusão do curso.



REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 29 de Junho de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 83/2023-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a manifestação da candidata aprovada no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocada por meio do Aviso nº 79/2023-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.916 de 19.06.2023 que optou pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estágio, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 001/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.570, de 03 de dezembro de 2021.

CANDIDATA	COMARCA	NÍVEL
BIANCA CASTRO DOS SANTOS	Campo Grande	Pós-Graduação

Campo Grande, 29 de Junho de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 84/2023-GED

XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.



OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 06 e 12/07/2023, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).

1.CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

1.1 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LEANDRO RODRIGUES MÔRO	185 ^a	
VALQUIRIA ESTANDISLAU BARBOSA	186 ^a	
RAFAEL ALMEIDA DE SOUZA	187 ^a	
FERNANDO HENRIQUE DELGADO DIAS	188 ^a	
LEONARDO DE SOUZA LIMA BARRETO	189 ^a	

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”;
Fotocópia legível do diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: a) início e término do curso; b) carga horária total; c) CNPJ da instituição de ensino; d) Endereço da instituição de ensino; e) Número do Registro Acadêmico – R.A. do aluno (não será aceito documento que não contenha todas as informações);

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2558 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 29 de Junho de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE002976 DE 28.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006726-7**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mosko Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital.

Valor: R\$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002976, datada de 28.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE002978 DE 28.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006323-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Home Nutri Comércio de Alimentos e Nutrição Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 16/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 5/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.010,00 (dois mil e dez reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002978, de 28.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE002979 DE 28.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006732-3

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Mosko Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 09/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de água mineral para atender as sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas na Capital.

Valor: R\$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002979, datada de 28.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE003002 DE 28.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006414-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: RM Comércio de Mercadorias e Materiais Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de acabamento, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 28.300,60 (vinte e oito mil trezentos reais e sessenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE003002, de 28.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2023NE003011 DE 28.06.2023 DO PROCESSO 09.2023.00006731-2**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Marcos Aurélio Collaco.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 34/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 2.355,00 (dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE003011, de 28.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE003029 DE 29.06.2023 DO PROCESSO Nº 09.2023.00006729-0

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: CGF Comércio de Produtos de Informática, Escritório e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 44/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais de expediente para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 8.850,00 (oito mil oitocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE003029, de 29.06.2023.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/4684/2018 – PGA 09.2023.00000299-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS S/A**, representada por **Rodrigo do Nascimento Santos**.

Procedimento licitatório: Inexigido, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II; artigo 61; e artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do nome empresarial da Contratada; prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses; e o reajuste dos valores contratados, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor contratual estimado: 5.531.866,53 (cinco milhões quinhentos e trinta e um mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

Vigência: 1º.07.2023 a 1º.07.2024.

Data de assinatura: 28 de junho de 2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00003633-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CORREIO DO ESTADO LTDA**, representado por **Marcos Fernando Alves Rodrigues**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços de publicação de avisos, extratos e similares (meio físico e digital) de interesse do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em jornal diário de grande circulação.

Valor total: R\$ 11.214,00 (onze mil duzentos e quatorze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2023NE002450, datada de 29.05.2023.

Vigência: 29.06.2023 a 29.06.2024.

Data de assinatura: 29 de junho de 2023.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002335-3

Notificada: Llima Engenharia Comercio e Serviços Ltda

LLIMA ENGENHARIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.682.110/0001-43, sediada na Rua São Félix, nº 554, Casa 1, Vila Vilas Boas, na cidade de Campo Grande/MS, CEP: 79.051-210, representada neste ato por Luís Moreira de Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.xxx.x98 SSP/SP e do CPF nº 009.xxx.xxx-01, residente e domiciliado na cidade de Campo Grande/MS, fica notificada para apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quanto a aplicação da sanção de multa moratória de 10% (dez por cento) do valor global do contrato (item 9.1.2., da cláusula nona, do Contrato nº 029/PGJ/2022). A multa corresponde ao valor total de R\$ 1.593,60 (um mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos). Decorrido o prazo sem que haja oferecimento de recurso, será encaminhada nova notificação concedendo-lhe prazo para pagamento da multa. Além disso, será providenciada a inscrição das penalidades no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Lília Oshiro, 105, Carandá Bosque, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3980, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AQUIDAUANA****EDITAL N.º 024/2023-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000630-3. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000630-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcos Duarte Artuso, Rosy Cláudia Ferreira Lemes Artuso, Alexandre Duarte Artuso, Geovani Duarte Artuso, Simone Carla Artuso

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 16,58 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Alegria - Lote 06A, em Aquidauana/MS, realizada sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 176/22/NUGEO, (Programa DNA Ambiental).

Aquidauana - MS, 29 de junho de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 025/2023-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2023.00000622-5. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000622-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leda de Almeida Xavier Sbabo

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,67 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e Área de Preservação Permanente, na Fazenda Mapejulu, em Aquidauana/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 205/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Aquidauana - MS, 29 de junho de 2023.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

CAARAPÓ

EDITAL N.º 0001/2023/GACEP/CRP

A Promotora do Controle Externo da Atividade Policial de Caarapó torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida junto à 1ª Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006668-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Nome da Parte Passiva Seleccionada << Nenhuma informação disponível >>.

Assunto: Concentrar os dados relativos às visitas técnicas nas Delegacias de Polícia Civil de Caarapó e de Juti, a serem realizadas nos termos do artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007, e do artigo 17, § 1º, da Resolução nº 002/2015-CPJ, além de outros relacionados ao Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Caarapó, a partir de 23.6.2023, até ulterior deliberação.

Caarapó/MS, 28 de junho de 2023.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de justiça



COXIM

EDITAL Nº 0002/2023/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000275-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000275-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade praticada pelo Chefe do Executivo Municipal no que concerne à nomeação de agentes para a ocupação de cargos comissionados e funções de confiança.

Coxim/MS, 19 de junho de 2023.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2023/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de tutela de interesses individuais indisponíveis nº 09.2023.00006476-0, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço eletrônico
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00006476-0

Requerente: CREAS-Coxim MS

Requerido: A Apurar

Assunto: Acompanhar a situação de possível vulnerabilidade a que estaria exposto o idoso L. F. de L.

Coxim/MS, 19 de junho de 2023.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**PARANAÍBA****EDITAL N° 0018/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

IC - Inquérito Civil nº 06.2021.00001427-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Kaiser Agropecuária Ltda,

Assunto: Apurar a supressão de 3,74 hectares em área de Reserva Legal, bem como que não há na propriedade área com cobertura de vegetação nativa correspondente ao mínimo 20% da área total do imóvel à título de Reserva Legal, na Fazenda Estrela do Sul, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade competente, conforme Parecer CEIPPAM/LASANGE-UEMS n. 012-2022.

Paranaíba - MS, 29 de junho de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

PONTA PORÃ**EDITAL 002/2023****NOTÍCIA DE FATO N 01.2023.00005410-6**

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 002/2023, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 28 de junho de 2023.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Supervisão

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N° 002/2023

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
Classe-000-Subclasse-060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao		Decurso do Prazo de guarda	2011	2022



<p>controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo; (Caixa s/n).</p> <p>Classe-200- Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão</p> <p>Classe-200- Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei</p> <p>Classe-100: Diligência: mandado de averiguação; intimação e notificação</p> <p>Classe-200-Comunicações de flagrante ;</p> <p>Classe-200-Termos de declarações (;copias);</p> <p>Classe-200- Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III);</p> <p>Classe-100- Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva ; (copias);</p> <p>Classe-100-Relação de remessa de documentos ; (copias);</p>	previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.		
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p>Data do preenchimento:</p>			

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 17/2022-PGJ, DE 19 DE ABRIL DE 2022

FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO				
Unidade Produtora: 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS				
Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE				
Classe e subclasse	Descrição do documento	Ano do documento	Volume	Observações
Classe-000-Subclasse060.061.061.1	Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo;	2015 à 2019	10 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão	2014 à 2020	16 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Comunicações de flagrante ;	2015 à 2019	08 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Procedimento Administrativo de acompanhamento de	2015	01	Apto para



	instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei			ELIMINAÇÃO
Classe-200	Termos de declarações (cópias);	2015 à 2019	05 VOLUMES	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.	2014 à 2019	14 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i> , e 129, II e III)	2011	03 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva ; (cópias);	2015	06	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Relação de remessa de documentos ; (cópias);	2016 à 2019	09	Apto para ELIMINAÇÃO
Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, que <i>dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.</i>				
Local e data:				
Carimbo e assinatura do Responsável				
PARA USO DA CPAD				
Recebido ____/____/____				
Carimbo e assinatura do Responsável				

**EDITAL 002/2023****NOTÍCIA DE FATO N 01.2023.00005410-6**

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 002/2023, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 28 de junho de 2023.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Supervisão

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2023

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS	PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS	Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
<p>Classe-000-Subclasse-060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo; (Caixa s/n).</p> <p>Classe-200- Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão</p> <p>Classe-200- Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei</p> <p>Classe-100: Diligência: mandado de averiguação; intimação e notificação</p> <p>Classe-200-Comunicações de flagrante ;</p> <p>Classe-200-Termos de declarações (;copias);</p> <p>Classe-200- Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à</p>	<p>Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.</p>	2011	2022



<p>apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III);</p> <p>Classe-100- Pautas; atas; termos de audiência; termo de oitiva ; (cópias);</p> <p>Classe-100-Relação de remessa de documentos ; (cópias);</p>			
<p align="center">RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p align="center">Data do preenchimento:</p>			

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0004/2023/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000525-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Santa Arminda Agropecuaria LTDA

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,9822 hectares de vegetação nativa, na Fazenda São Pedro – Área 2, em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 12031/2023 e Laudo de Constatação nº 015408/2023.

Ribas do Rio Pardo, 28 de junho de 2023.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça